



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE SÃO ROQUE DE MINAS LTDA.
CNPJ: 66.402.207/0001-09
BALANÇO PATRIMONIAL (Em Reais)

		30/06/2021	31/12/2020
ATIVO	Notas	481.088.314,77	411.998.317,00
DISPONIBILIDADES	4	5.143.817,80	3.627.882,21
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		459.167.799,29	395.199.196,79
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	1.539.450,67	2.180.572,26
Relações Interfinanceiras	4	141.908.223,90	135.345.456,24
Centralização Financeira		141.908.223,90	135.345.456,24
Operações de Crédito	6	312.894.838,76	255.383.297,88
Outros Ativos Financeiros	7	2.825.285,96	2.289.870,41
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(11.493.963,90)	(11.141.994,41)
(-) Operações de Crédito	6	(11.250.475,77)	(11.007.834,88)
(-) Outras	8	(243.488,13)	(134.159,53)
OUTROS ATIVOS	9	1.794.190,35	644.722,71
INVESTIMENTOS	10	8.037.196,21	6.789.919,78
IMOBILIZADO DE USO	11	24.074.553,25	21.817.246,67
INTANGÍVEL	12	594.311,31	474.311,31
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(6.229.589,54)	(5.412.968,06)
TOTAL DO ATIVO		481.088.314,77	411.998.317,00

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE SÃO ROQUE DE MINAS LTDA.

CNPJ: 66.402.207/0001-09

BALANÇO PATRIMONIAL (Em Reais)

		30/06/2021	31/12/2020
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	481.088.314,77	411.998.317,00
DEPÓSITOS	13	370.426.542,24	307.280.727,82
Depósitos à Vista		136.197.384,39	125.305.443,08
Depósitos Sob Aviso		115.873,06	-
Depósitos a Prazo		234.113.284,79	181.975.284,74
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		38.169.245,59	37.965.990,51
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14	6.544.379,30	5.949.261,45
Relações Interfinanceiras		31.196.582,49	30.880.449,35
Repasse Interfinanceiros	15	31.196.582,49	30.880.449,35
Outros Passivos Financeiros	16	428.283,80	1.136.279,71
PROVISÕES	18	2.460.102,24	2.309.554,66
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	19	523.189,02	647.835,75
OUTROS PASSIVOS	20	7.667.862,29	7.811.730,60
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21	61.841.373,39	55.982.477,66
CAPITAL SOCIAL		22.493.459,73	20.770.914,05
RESERVAS DE SOBRAS		33.611.933,25	32.340.667,76
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		5.735.980,41	2.870.895,85
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		481.088.314,77	411.998.317,00

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE SÃO ROQUE DE MINAS LTDA.
CNPJ: 66.402.207/0001-09

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS (Em Reais)

	Notas	30/06/2021	30/06/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		21.910.668,24	17.757.909,46
Operações de Crédito	22	20.066.691,49	16.001.550,57
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		1.820.596,45	1.704.980,70
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		23.380,30	46.740,54
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		-	4.637,65
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23	(4.929.419,24)	(4.999.012,90)
Operações de Captação no Mercado		(2.849.288,44)	(2.667.365,96)
Operações de Empréstimos e Repasses		(748.486,06)	(887.785,96)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(1.331.644,74)	(1.443.860,98)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		16.981.249,00	12.758.896,56
OUTROS INGRESSOS/RECEITAS E DISPÊNDIOS/DESPESAS OPERACIONAIS		(10.719.927,73)	(8.456.721,97)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	24	2.642.798,54	2.087.906,64
Rendas de Tarifas	25	1.024.005,56	905.599,80
Dispêndios e Despesas de Pessoal	26	(8.522.396,27)	(6.537.099,56)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	27	(6.596.534,18)	(5.480.974,97)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(242.243,99)	(181.771,80)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	28	1.274.879,79	1.103.573,36
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	29	(300.437,18)	(353.955,44)
PROVISÕES	30	(94.848,89)	73.776,78
Provisões/Reversões para Contingências		(719,77)	(961,63)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(94.129,12)	74.738,41
RESULTADO OPERACIONAL		6.166.472,38	4.375.951,37
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	31	97.040,09	70.934,61
Lucros em Transações com Valores e Bens		103.286,36	69.100,32
Prejuízos em Transações com Valores e Bens		(1.667,86)	-
Ganhos de Capital		7.434,21	6.318,39
Perdas de Capital		(12.012,62)	(4.484,10)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		6.263.512,47	4.446.885,98
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(186.264,65)	(109.207,64)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperativos		(116.779,85)	(69.640,99)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperativos		(69.484,80)	(39.566,65)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(341.267,41)	(323.807,53)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		5.735.980,41	4.013.870,81

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE SÃO ROQUE DE MINAS LTDA.
CNPJ: 66.402.207/0001-09
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE (Em Reais)

	30/06/2021	30/06/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	5.735.980,41	4.013.870,81
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	5.735.980,41	4.013.870,81

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE SÃO ROQUE DE MINAS LTDA.

CNPJ: 66.402.207/0001-09

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em Reais)

Notas	30/06/2021	30/06/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	6.263.512,47	4.446.885,98
Distribuição de Sobras e Dividendos	(167.760,34)	(227.436,90)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	1.331.644,74	1.443.860,98
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	94.129,12	(74.738,41)
Provisões/Reversões para Contingências	719,77	961,63
Atualização de Depósitos em Garantia	(11.774,20)	(12.921,73)
Ganhos/Perdas por Baixas de Imobilizado	13.680,48	5.535,22
Depreciações e Amortizações	774.637,24	521.544,75
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	8.298.789,28	6.103.691,52
Aumento / Redução em Ativos Operacionais		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	641.121,59	547.007,15
Títulos e Valores Mobiliários	-	(4.637,65)
Operações de Crédito	(58.392.675,28)	(18.544.212,44)
Outros Ativos Financeiros	(622.182,20)	(137.853,48)
Outros Ativos	(1.149.467,64)	(484.180,53)
Aumento / Redução em Passivos Operacionais		
Depósitos à Vista	10.891.941,31	31.367.580,08
Depósitos Sob Aviso	115.873,06	-
Depósitos a Prazo	52.138.000,05	20.212.484,94
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	595.117,85	1.336.493,68
Relações Interfinanceiras	316.133,14	1.250.953,12
Outros Passivos Financeiros	(707.995,91)	(751.053,70)
Provisões	55.698,69	47.906,84
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	(124.646,73)	(345.822,60)
Outros Passivos	(485.135,72)	(2.177.622,11)
Imposto de Renda	(116.779,85)	(69.640,99)
Contribuição Social	(69.484,80)	(39.566,65)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	11.384.306,84	38.311.527,18
Atividades de Investimentos		
Distribuição de Dividendos	46.805,89	122.833,71
Distribuição de Sobras da Central	120.954,45	104.603,19
Alienação de Imobilizações de Uso	195.523,10	81.103,19
Aquisição de Intangível	-	(37.883,50)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.556.826,15)	(1.916.064,27)
Aquisição de Investimentos	(1.247.276,43)	(793.484,33)
Outros Ajustes	12.300,23	4.620,85
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(3.428.518,91)	(2.434.271,16)
Atividades de Financiamentos		
Aumento por Novos Aportes de Capital	159.358,76	99.523,49
Devolução de Capital à Cooperados	(171.224,03)	(299.093,33)
Estorno de Capital	(2.319,00)	(1.457,00)
Distribuição de Sobras para Associados	21 (1.445.132,75)	-
Aumento no Capital por Incorporações	1 310.966,85	-
Aumento nas Reservas por Incorporações	1 1.271.265,49	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	122.915,32	(201.026,84)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	8.078.703,25	35.676.229,18
Modificações em Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas	4	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	138.973.338,45	100.881.825,32
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	147.052.041,70	136.558.054,50
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	8.078.703,25	35.676.229,18

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE SÃO ROQUE DE MINAS LTDA.
 CNPJ: 66.402.207/0001-09
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em Reais)

	Notas	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	TOTAIS
Saldos em 31/12/2019		18.602.362,21	(11.095,47)	27.173.055,22	2.293.878,13	48.068.200,09
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		90.634,80	8.888,69			99.523,49
Por Devolução (-)		(299.093,33)				(299.093,33)
Estorno de Capital		(1.457,00)				(1.457,00)
Sobras ou Perdas do Período					4.013.870,81	4.013.870,81
Saldos em 30/06/2020		18.392.446,68	(2.206,78)	27.173.055,22	6.307.748,94	51.871.044,06
Saldos em 31/12/2020		20.780.892,05	(9.978,00)	32.340.667,76	2.870.895,85	55.982.477,66
Destinações de Sobras do Exercício Anterior:	21					
Distribuição de Sobras para Associados		1.425.763,10			(2.870.895,85)	(1.445.132,75)
Constituição de Reservas por Incorporações	1			1.271.265,49		1.271.265,49
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		156.831,13	2.527,63			159.358,76
Por Devolução (-)		(171.224,03)				(171.224,03)
Estorno de Capital		(2.319,00)				(2.319,00)
Sobras ou Perdas do Período					5.735.980,41	5.735.980,41
Movimentações por Incorporações	1	310.966,85				310.966,85
Saldos em 30/06/2021		22.500.910,10	(7.450,37)	33.611.933,25	5.735.980,41	61.841.373,39

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE SÃO ROQUE DE MINAS LTDA. - SICOOB SAROMCREDI

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2021

1. Contexto Operacional

A **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. – SICOOB SAROMCREDI**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 09/06/1991, filiada à **Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE** e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução nº 4.434/2015 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB SAROMCREDI**, sediado à Rua 15 de Novembro, nº 31 – Centro, São Roque de Minas – MG, CEP: 37928-000, possui 16 (dezesseis) Postos de Atendimento (PA's) nas seguintes localidades: Alfenas – MG, Cássia - MG, Bambuí – MG, Delfinópolis - MG, Fortaleza de Minas – MG, Ibitiúra de Minas – MG, Jacutinga – MG, Medeiros – MG, Monte Sião – MG, Passos – MG, Poços de Caldas – MG (02), Pratinha – MG, São João Batista do Glória - MG, Senador José Bento – MG, Vargem Bonita - MG.

O SICOOB Saromcredi tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (I) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (II) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1.1 Situação Especial

Em **01/02/2021**, o **SICOOB SAROMCREDI**, com o objetivo de ampliar o atendimento aos seus associados, possibilitando o aumento do Patrimônio Líquido e do limite para operações, garantindo assim, um novo posicionamento no mercado, promoveu a incorporação da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Instituições de Ensino Superior do Sul de Minas Ltda. - CREFENAS**, CNPJ: **02.414.044/0001-93**, que foi devidamente aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária Conjunta realizada em **01/02/2021** e homologada pelo Banco Central do Brasil – BACEN conforme processo nº **0000186820**. Demonstrem-se abaixo incrementos patrimoniais mais significativos na data de **01/02/2021**:

Descrição dos Principais Saldos Incorporados	Valores dos Saldos Incorporados	Em R\$
Capital Social		310.966,85
Centralização Financeira		27.599.528,94
Depósitos à Vista e a Prazo		27.416.954,39
Investimentos e Imobilizado de Uso		733.704,62
Operações de Crédito		893.875,64
Reserva Legal		1.271.265,49

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em **30 de julho de 2021**.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em Vigor

O Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 04 de setembro de 2019 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

I) No Balanço Patrimonial as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

II) Na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

III) Os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

IV) Readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem Aplicadas em Períodos Futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817 de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. A Resolução CMN nº 4.817 de 29 de maio de 2020 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.872 de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do

Brasil. A Resolução CMN nº 4.872 de 27 de novembro de 2020 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com o ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas no SICOOB, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. – SICOOB SAROMCREDI** junto a seus associados, colaboradores e a comunidade estão fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

O **SICOOB SAROMCREDI** cumpriu rigorosamente as recomendações, orientações, normas e leis de prevenção e combate a pandemia de COVID-19, como: distribuição de máscaras, uso obrigatório de álcool em gel em suas dependências, distanciamento mínimo em filas e locais de espera, Home Office, treinamentos e reuniões através de videoconferência, realização de exames laboratoriais de COVID-19 e quarentena de colaboradores.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.682/1999 e 2.697/2000 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECREMGE** e ações do **BANCO SICOOB**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, equipamentos de comunicação e de segurança, móveis e equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *"pro rata die"*.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

r) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

u) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Artigo 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do Artigo 193 do mesmo Decreto.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **30 de junho de 2021** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

y) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **30 de junho de 2021**.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Em R\$

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Disponibilidades (a)	5.143.817,80	3.627.882,21
Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira (b)	141.908.223,90	135.345.456,24
Total	147.052.041,70	138.973.338,45

- a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.
- b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL CECREMGE**, conforme determinado no Artigo 24 da Resolução CMN nº 4.434/2015, com remuneração de aproximadamente 100% do CDI.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Em R\$

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ligadas	1.539.450,67	0,00	2.180.572,26	0,00
Total	1.539.450,67	0,00	2.180.572,26	0,00

- a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no **BANCO SICOOB S.A.** com remuneração entre 101% e 102% do CDI.

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Em R\$

Modalidade	30/06/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos	65.722.532,76	136.303.496,18	202.026.028,94	47.956.722,28	113.733.267,56	161.689.989,84
Títulos Descontados	8.289.818,64	0,00	8.289.818,64	6.629.762,56	0,00	6.629.762,56
Financiamentos	5.900.218,40	13.014.142,95	18.914.361,35	5.489.469,67	11.300.293,50	16.789.763,17
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	40.893.673,74	42.770.956,09	83.664.629,83	39.135.256,11	31.138.526,20	70.273.782,31
Total de Operações de Crédito	120.806.243,54	192.088.595,22	312.894.838,76	99.211.210,62	156.172.087,26	255.383.297,88
(-) Provisões para Operações de Crédito	-4.226.687,35	-6.780.300,29	-11.250.475,77	-4.113.099,51	-6.894.735,37	-11.007.834,88
TOTAL	116.336.068,06	185.308.294,93	301.644.362,99	95.098.111,11	149.277.351,89	244.375.463,00

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Em R\$

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimos / Títulos Descontados	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 30/06/2021	Provisões 30/06/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA	-	Normal	23.182.730,52	462.441,12	8.927.549,88	32.572.721,52	0,00	28.313.224,45	0,00
A	0,50%	Normal	92.338.653,01	8.345.394,98	52.320.416,83	153.004.464,82	-765.022,32	124.546.839,07	-622.734,20
B	1%	Normal	49.543.430,00	6.482.393,14	16.763.672,12	72.789.495,26	-727.894,95	56.061.243,56	-560.612,44
B	1%	Vencidas	484.454,82	86.162,10	40.314,96	610.931,88	-6.109,32	93.035,58	-930,36
C	3%	Normal	28.926.577,85	2.648.632,07	4.722.610,32	36.297.820,24	-1.088.935,72	25.318.834,60	-759.566,00
C	3%	Vencidas	614.460,10	89.927,58	0,00	704.387,68	-21.131,63	143.534,58	-4.306,04
D	10%	Normal	4.553.030,57	519.672,77	524.556,66	5.597.260,00	-559.726,00	10.426.212,27	-1.042.621,23
D	10%	Vencidas	447.691,82	48.420,43	95.459,51	591.571,76	-59.157,18	353.915,24	-35.391,52
E	30%	Normal	1.879.667,93	137.777,10	229.063,71	2.246.508,74	-673.952,62	1.953.810,18	-586.143,05
E	30%	Vencidas	414.516,35	51.242,00	0,00	465.758,35	-139.727,50	372.851,55	-111.855,47
F	50%	Normal	869.771,48	15.848,45	40.985,84	926.605,77	-463.302,88	683.093,82	-341.546,91
F	50%	Vencidas	440.418,76	3.669,24	0,00	444.088,00	-222.044,00	137.237,19	-68.618,60
G	70%	Normal	114.090,24	0,00	0,00	114.090,24	-79.863,17	165.381,75	-115.767,22
G	70%	Vencidas	271.542,12	13.544,61	0,00	285.086,73	-199.560,71	187.807,33	-131.465,13
H	100%	Normal	4.884.488,39	3.867,86	0,00	4.888.356,25	-4.888.356,25	5.015.196,01	-5.015.196,01
H	100%	Vencidas	1.350.323,62	5.367,90	0,00	1.355.691,52	-1.355.691,52	1.611.080,70	-1.611.080,70
Total Normal			206.292.439,99	18.616.027,49	83.528.855,36	308.437.322,84	-9.247.053,91	252.483.835,71	-9.044.187,06
Total Vencidos			4.023.407,59	298.333,86	135.774,47	4.457.515,92	-2.003.421,86	2.899.462,17	-1.963.647,82
Total Geral			210.315.847,58	18.914.361,35	83.664.629,83	312.894.838,76	-11.250.475,77	255.383.297,88	-11.007.834,88
Provisões			-10.196.381,47	-331.560,26	-722.534,04	-11.250.475,77		-11.007.834,88	
Total Líquido			200.119.466,11	18.582.801,09	82.942.095,79	301.644.362,99		244.375.463,00	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Em R\$

Tipo	Até 90 dias	De 91 até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	30.326.842,97	43.685.508,43	136.303.496,18	210.315.847,58
Financiamentos	1.635.020,22	4.265.198,18	13.014.142,95	18.914.361,35
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	19.982.650,95	20.911.022,79	42.770.956,09	83.664.629,83
TOTAL	51.944.514,14	68.861.729,40	192.088.595,22	312.894.838,76

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Em R\$

Descrição	Empréstimos / Títulos Descontados	Financiamentos	Financiamentos Rurais	30/06/2021	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	47.821.554,21	1.806.673,51	0,00	49.628.227,72	15,86
Setor Privado - Indústria	13.768.511,49	583.857,93	0,00	14.352.369,42	4,59
Setor Privado - Serviços	26.598.547,00	2.796.407,76	0,00	29.394.954,76	9,39
Pessoa Física	121.080.147,95	13.550.895,98	83.664.629,83	218.295.673,76	69,77
Outros	1.047.086,93	176.526,17	0,00	1.223.613,10	0,39
TOTAL	210.315.847,58	18.914.361,35	83.664.629,83	312.894.838,76	100,00

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Em R\$

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	11.007.834,88	11.071.274,81
Constituições / Reversões	1.468.294,20	769.648,24
Transferência para Prejuízo	(1.225.653,31)	(833.088,17)
Total	11.250.475,77	11.007.834,88

f) Concentração dos principais devedores:

Em R\$

Descrição	30/06/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maiores Devedor	5.230.208,12	1,67	3.769.644,97	1,48
10 Maiores Devedores	26.843.990,57	8,58	21.538.054,36	8,43
50 Maiores Devedores	71.200.651,34	22,76	55.313.710,70	21,66

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Em R\$

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	8.200.197,83	8.433.124,32
Valor das Operações Transferidas no Período	1.225.653,31	833.088,17
Valor das Operações Recuperadas no Período	(248.442,68)	(1.065.975,39)
Valor dos Descontos Concedidos nas Operações Recuperadas	(15.510,81)	(39,27)
Total	9.161.897,65	8.200.197,83

h) Operações renegociadas:

Em 30/06/2021 as operações de crédito renegociadas pela Cooperativa apresentavam um montante total de R\$ 12.752.979,64, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7. Outros Ativos Financeiros

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Em R\$

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Avais e Fianças Honorados (a)	369.280,14	0,00	171.093,82	0,00
Rendas a Receber (b)	792.419,59	0,00	524.512,99	0,00
Devedores por Depósitos em Garantia (c)	0,00	1.640.679,41	0,00	1.586.308,60
Títulos e Créditos a Receber (d)	22.906,82	0,00	7.955,00	0,00
TOTAL	1.184.606,55	1.640.679,41	703.561,81	1.586.308,60

- (a) O saldo de Avais e Fianças Honorados refere-se a operações oriundas de cartões de crédito e operações de crédito do BNDES vencidas de associados da cooperativa cedidas pelo BANCO SICOOB, em virtude de coobrigação contratual.
- (b) Em Rendas a Receber estão registradas rendas a receber de cartões (R\$ 193.944,90), centralização financeira (R\$ 439.442,66), comissionamento da Poupança Cooperada (R\$ 19.904,79), convênios de arrecadação e recebimentos (R\$ 36.186,95), comissionamento de crédito consignado (R\$ 25.207,39), comissionamento de seguros (R\$ 74.645,78) e tarifa interbancária – TIB SPB (R\$ 3.087,12).
- (c) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para PIS Folha (R\$ 662.077,34) e COFINS sobre atos cooperativos (R\$ 978.602,07).
- (d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados os valores a receber de tarifas.

8. Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

- a) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Em R\$

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões para Avais e Fianças Honorados	-243.488,13	0,00	-134.159,53	0,00
TOTAL	-243.488,13	0,00	-134.159,53	0,00

- b) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipos de operação e classificação de nível de risco:

Em R\$

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honorados	Total em 30/06/2021	Provisões 30/06/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
E	30%	Normal	54.383,42	54.383,42	-16.315,03	5.865,06	-1.759,56
E	30%	Vencidas	81.833,99	81.833,99	-24.550,26	34.382,13	-10.314,64
F	50%	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
F	50%	Vencidas	14.908,63	14.908,63	-7.454,32	13.363,00	-6.681,50
G	70%	Normal	44.510,53	44.510,53	-31.157,37	0,00	0,00
G	70%	Vencidas	32.108,06	32.108,06	-22.475,64	6.932,67	-4.852,87
H	100%	Normal	25.605,40	25.605,40	-25.605,40	0,00	0,00
H	100%	Vencidas	115.930,11	115.930,11	-115.930,11	110.550,96	-110.550,96
Total Normal			124.499,35	124.499,35	-73.077,80	5.865,06	-1.759,56
Total Vencidos			244.780,79	244.780,79	-170.410,33	165.228,76	-132.399,97
Total Geral			369.280,14	369.280,14	-243.488,13	171.093,82	-134.159,53
Provisões			-243.488,13	-243.488,13		-134.159,53	
Total Líquido			125.792,01	125.792,01		36.934,29	

9. Outros Ativos

Em R\$

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	354.146,36	0,00	31.837,55	0,00
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta (a)	242.187,18	0,00	14.335,87	0,00
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	679.024,89	0,00	406.079,14	0,00
Devedores Diversos – País (b)	325.907,26	0,00	35.749,57	0,00
Despesas Antecipadas (c)	192.924,66	0,00	156.720,58	0,00
TOTAL	1.794.190,35	0,00	644.722,71	0,00

- (a) Registram-se neste grupo os Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta, referentes a Adiantamentos para Despesas de Viagem (R\$ 700,00) e Adiantamentos para Despesas Diversas (R\$ 241.487,18).
- (b) Em Devedores Diversos – País estão registrados os saldos relativos a PROAGRO – Adicional (R\$ 2.801,45), Diferença de Caixa (R\$ 739,75), Pendências a Regularizar (R\$ 313.745,87), Pendências a Regularizar – Conta Corrente (R\$ 356,95), Pendências a Regularizar – BANCO SICOOB (R\$ 8.263,24).
- (c) Registram-se ainda no grupo, as Despesas Antecipadas, referentes a Prêmios de Seguros (R\$ 21.391,52), Contribuição Cooperativista (R\$ 55.532,64), IPVA (R\$ 8.453,34), Software (R\$ 93.021,64) e Contribuição Confederativa (R\$ 14.525,52).

10. Investimentos

Em 30 de junho de 2021 e 31/12/2020, os investimentos estão assim compostos:

	Em R\$	
Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Participação em Cooperativa Central de Crédito (a)	6.094.656,21	4.910.423,20
Participação em Instituição Financeira Controlada por Cooperativa de Crédito (b)	1.942.540,00	1.879.496,58
TOTAL	8.037.196,21	6.789.919,78

- (a) Refere-se a cotas de capital na **Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE**.
- (b) Refere-se a ações do **Banco Cooperativo Sicoob S.A. - BANCO SICOOB**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

11. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

	Em R\$		
Descrição	30/06/2021	31/12/2020	Taxa Depreciação
Imobilizações em Curso (a)	2.239.358,00	2.454.873,33	-
Instalações	1.650.944,04	1.511.508,19	10%
Móveis e Equipamentos	4.894.578,91	4.099.912,43	10%
Equipamentos de Processamento de Dados	2.954.121,36	2.346.513,04	20%
Equipamentos de Comunicação e de Segurança	381.501,05	367.800,78	10%
Veículos	1.070.411,32	1.071.061,32	10% e 20%
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	854.649,14	471.588,15	10%
Terrenos	2.646.880,20	2.111.880,20	-
Edificações	7.382.109,23	7.382.109,23	4%
Total de Imobilizado de Uso	24.074.553,25	21.817.246,67	
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(527.433,64)	(435.770,15)	
(-) Depreciação Acumulada de Móveis e Equipamentos	(3.045.473,27)	(2.615.998,12)	
(-) Depreciação Acumulada de Veículos	(393.341,61)	(401.939,30)	
(-) Depreciação Acum. de Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	(25.017,81)	0,00	
(-) Depreciação Acumulada de Imóveis - Edificações	(1.692.568,16)	(1.544.925,92)	
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso	(5.683.834,49)	(4.998.633,49)	
TOTAL	18.390.718,76	16.818.613,18	

- (a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

12. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da Cooperativa, como as licenças de uso de softwares.

	Em R\$	
Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Sistemas de Processamento de Dados	594.311,31	474.311,31
Total de Intangível	594.311,31	474.311,31
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis	(545.755,05)	(414.334,57)
Total de Amortização de Intangível	(545.755,05)	(414.334,57)
TOTAL	48.556,26	59.976,74

Parte do valor registrado na rubrica "Intangível" refere-se a 05 licenças de uso do Sistema de Informática do SICOOB - SISBR adquiridas em 29/07/2011, 02 licenças adquiridas em 04/04/2013, 01 licença adquirida em 28/12/2015 e 02 licenças adquiridas em 01/11/2018, da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - **SICOOB CONFEDERAÇÃO**, totalizando o valor de R\$ 294.417,89.

Os demais valores registrados na rubrica "Intangível" referem-se a softwares para computadores, softwares para servidores, licenças de uso de antivírus e softwares de programas adquiridos pelo **SICOOB SAROMCREDI**.

13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis", já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Em R\$

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósitos à Vista	136.197.384,39	0,00	125.305.443,08	0,00
Depósitos Sob Aviso	115.873,06	0,00	0,00	0,00
Depósitos a Prazo	234.113.284,79	0,00	181.975.284,74	0,00
TOTAL	370.426.542,24	0,00	307.280.727,82	0,00

Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 23 - **Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira**.

a) Concentração dos principais depositantes:

Em R\$

Descrição	30/06/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	12.888.862,90	3,42	2.196.904,72	0,87
10 Maiores Depositantes	33.397.421,12	8,86	13.000.713,35	5,34
50 Maiores Depositantes	63.134.767,93	16,75	36.653.164,21	14,83

14. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Em R\$

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário – LCI (a)	1.362.885,17	-	531.146,77	-
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio – LCA (b)	5.181.494,13	-	5.418.114,68	-
Total	6.544.379,30	-	5.949.261,45	-

a) Referem-se a Letras de Crédito imobiliário – LCI lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004).



- b) Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004).

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários.

Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 23 - **Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira**.

15. Relações Interfinanceiras / Repasses Interfinanceiros

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

- a) Repasses Interfinanceiros

Em R\$

Instituição	Taxa	Vencimento(s)	30/06/2021		31/12/2020	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Banco Sicoob S.A.	Entre 2,75% a.a. e 9,76% a.a.	Entre 15/07/2021 e 10/06/2031	22.767.745,62	10.883.285,28	23.818.121,17	9.493.801,24
(-) Despesas a Apropriar Banco Sicoob S.A.			-652.267,82	-1.802.180,59	-857.030,44	-1.574.442,62
TOTAL			22.115.477,80	9.081.104,69	22.961.090,73	7.919.358,62

Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 23 - **Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira**.

16. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados ou a empresas conveniadas, por sua ordem.

Em R\$

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	13.799,85	-	1.101.603,01	-
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	12.133,33	-	22.837,28	-
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	402.350,62	-	11.839,42	-
Total	428.283,80	-	1.136.279,71	-

- a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a Convênio de Saneamento (R\$ 5.201,80) e Convênio de Multas de Trânsito (R\$ 8.598,05).
- b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos aos tributos de Operações de Crédito – IOF (R\$ 207.393,86) e Operações com Títulos e Valores Mobiliários – IOF (R\$ 1.275,90); e os valores a repassar de tributos arrecadados Estaduais (R\$ 73.160,22) e Municipais (R\$ 120.520,64).

17. Instrumentos Financeiros Derivativos

O **SICOOB SAROMCREDI** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em **30 de junho de 2021** e **31 de dezembro de 2020**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

18. Provisões

Em R\$

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (a)	308.761,34	453.560,58	238.609,90	428.255,02
Provisão para Contingências (b)	0,00	1.697.780,32	0,00	1.642.689,74
TOTAL	308.761,34	2.151.340,90	238.609,90	2.070.944,76

- a) Refere-se à Provisão para Garantias Financeiras Prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em **30 de junho de 2021** e **31 de dezembro de 2020**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval e fiança prestados em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais, conforme demonstrado a seguir:

Em R\$

Nível / Percentual de Risco	Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas 30/06/2021	Provisões 30/06/2021	Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA -	6.524.919,39	0,00	6.032.105,54	0,00
A 0,5%	29.749.053,05	-148.745,64	27.423.421,28	-137.118,01
B 1%	6.761.435,47	-67.614,42	5.982.831,31	-59.828,25
C 3%	2.903.481,90	-87.104,62	2.975.460,36	-89.263,87
D 10%	468.298,95	-46.830,07	781.485,94	-78.148,73
E 30%	186.754,03	-56.026,27	350.337,10	-105.101,20
F 50%	55.644,50	-27.822,31	35.874,15	-17.937,11
G 70%	322.819,61	-225.973,75	3.719,42	-2.603,60
H 100%	102.204,84	-102.204,84	176.864,15	-176.864,15
Total	47.074.611,74	-762.321,92	43.762.099,25	-666.864,92

- b) A Provisão para Contingências é estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais em que a Cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Em R\$

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS (a)	57.100,91	-	56.381,14	-
PIS FOLHA	662.077,34	662.077,34	612.525,14	612.525,14
COFINS (a)	978.602,07	978.602,07	973.783,46	973.783,46
TOTAL	1.697.780,32	1.640.679,41	1.642.689,74	1.586.308,60

- a) PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos com cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Devedores por Depósitos em Garantia.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB SAROMCREDI**, existem processos judiciais trabalhistas e cíveis nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda "possível", totalizando **R\$ 196.749,92**.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores esperados de saída.

19. Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Em R\$

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	43.402,83	0,00	187.269,06	0,00
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	16.156,85	0,00	14.200,54	0,00
Impostos e Contribuições sobre Salários	415.330,36	0,00	384.124,37	0,00
Outros	48.298,98	0,00	62.241,78	0,00
TOTAL	523.189,02	0,00	647.835,75	0,00

20. Outros Passivos

Em R\$

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (a)	173.881,09	0,00	129.803,05	0,00
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	2.637.843,79	0,00	1.691.576,58	0,00
Credores Diversos – País (c)	1.197.043,57	0,00	727.400,32	0,00
Sociais e Estatutárias	3.659.093,84	0,00	5.262.950,65	0,00
TOTAL	7.667.862,29	0,00	7.811.730,60	0,00

- a) Refere-se a salários e vencimentos a pagar de associados e terceiros.
- b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registrados Despesas de Pessoal (Salários, Honorários, Férias, INSS sobre Férias, FGTS sobre Férias, PIS sobre Férias, 13º Salário, INSS sobre 13º Salário, FGTS sobre 13º Salário e PIS sobre 13º Salário) no valor total de R\$ 2.149.281,41, Outras Despesas Administrativas (Processamento de Dados, Segurança e Vigilância, Manutenção e Conservação de Bens, Transporte, Compensação, Estagiários a Pagar, Seguro Prestamista e Provisão de Despesas com Cartões) no valor total de R\$ 488.249,19 e Outros Pagamentos (Ordem de Pagamento – Encerramento de Conta Salário) no valor de R\$ 313,19.
- c) Os saldos em Credores Diversos – País referem-se a Pendências a Regularizar (R\$ 684.709,02), Diferença de Caixa (R\$ 7.622,34), Pendências a Regularizar Banco Sicoob S.A. (R\$ 21.919,67), Cooperativa Central (R\$ 19.287,44), Cheques Depositados (R\$ 383.790,94), Valores a Liquidar – Parcelas Crédito Consignado (R\$ 79.364,10), Devolução Saldo Credor – Cartões (R\$ 311,94) e Pendências – Avais e Fianças Honrados (R\$ 38,12).

20.1 Sociais e Estatutárias

Em R\$

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Participações nos Lucros (a)	623.057,66	0,00	1.010.264,96	0,00
Resultado de Atos com Associados (b)	2.132.657,14	0,00	3.449.428,56	0,00
Resultado de Atos com Não Associados (b)	31.627,51	0,00	0,00	0,00
Gratificações e Participações a Pagar (c)	79.276,99	0,00	68.801,71	0,00
Cotas de Capital a Pagar (d)	792.474,54	0,00	734.455,42	0,00
TOTAL	3.659.093,84	0,00	5.262.950,65	0,00

- (a) Refere-se à provisão para possível pagamento de participação nas sobras aos funcionários da Cooperativa conforme lei nº 10.101/2000.
- (b) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e por 30% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.
- (c) Refere-se à provisão para possível pagamento de gratificações aos dirigentes da Cooperativa.
- (d) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

21. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Capital Social	R\$ 22.493.459,73	R\$ 20.770.914,05
Associados	31.737	29.045

b) Reservas de Sobras

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 45%, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras ou Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em **20 de abril de 2021**, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2020**, no valor de **R\$ 1.435.447,93**, sendo que deste valor foram incorporados ao capital a quantia de R\$ 1.422.595,86 e destinado a cotas de capital a pagar o valor de R\$ 12.852,07. Os cooperados também deliberaram a distribuição de sobras em conta corrente com sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2020**, no valor de **R\$ 1.435.447,92**, sendo que deste valor foram creditadas em conta corrente dos associados a quantia de R\$ 1.411.285,17 e as sobras remanescentes no valor de R\$ 24.162,75 foram

incorporadas ao capital a quantia de R\$ 3.167,24 e destinadas a cotas de capital a pagar o valor de R\$ 20.995,51, por motivo de contas correntes encerradas; perfazendo o total de **R\$ 2.870.895,85** de sobras distribuídas aos cooperados.

22. Receitas de Operações de Crédito

Em R\$

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	390.674,99	433.654,19
Rendas de Empréstimos	13.321.618,24	9.358.178,48
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	691.228,71	888.882,20
Rendas de Financiamentos	1.453.805,36	1.398.142,83
Rendas de Financiamentos Rurais – Recursos Livres	2.665.253,31	2.666.911,06
Rendas de Financiamentos Rurais – Repasses	674.487,65	833.158,31
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	867.294,11	421.211,31
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados	2.329,12	1.412,19
TOTAL	20.066.691,49	16.001.550,57

23. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Em R\$

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Operações de Captação no Mercado	-2.849.288,44	-2.667.365,96
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	-1.555,02	0,00
Despesas de Depósitos a Prazo	-2.541.128,35	-2.411.332,29
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	-46.914,56	-99.320,43
Despesas de Letras de Crédito Imobiliário	-8.756,40	0,00
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos - FGCOOP	-250.934,11	-156.713,24
Operações de Empréstimos e Repasses	-748.486,06	-887.785,96
Despesas de Repasses Interfinanceiros	-748.486,06	-887.785,96
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-1.331.644,74	-1.443.860,98
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	2.288.530,32	2.763.287,55
Reversões de Provisões para Outros Créditos	18.005,38	17.274,24
Provisões para Operações de Crédito	-3.412.305,61	-4.027.379,84
Provisões para Outros Créditos	-225.874,83	-197.042,93
TOTAL	-4.929.419,24	-4.999.012,90

24. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Em R\$

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de Cobrança	457.949,01	389.528,27
Rendas de Transferências de Fundos	21.070,74	12.358,66
Rendas de Outros Serviços	2.163.778,79	1.686.019,71
TOTAL	2.642.798,54	2.087.906,64

25. Rendas de Tarifas

Em R\$

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	47.919,90	29.738,90
Rendas de Serviços Prioritários - PF	296.597,00	343.232,70
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	161.308,39	240.951,57
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	518.180,27	291.676,63
TOTAL	1.024.005,56	905.599,80

26. **Dispêndios e Despesas de Pessoal**

Em R\$

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Honorários – Conselho Fiscal	-15.885,78	-13.504,31
Despesas de Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	-787.092,17	-660.154,84
Despesas de Pessoal - Benefícios	-1.307.359,73	-1.063.632,70
Despesas de Pessoal – Encargos Sociais	-1.716.335,42	-1.280.854,22
Despesas de Pessoal - Proventos	-4.637.499,73	-3.390.927,37
Despesas de Pessoal - Treinamento	-51.000,10	-119.573,25
Despesas de Remuneração de Estagiários	-7.223,34	-8.452,87
TOTAL	-8.522.396,27	-6.537.099,56

27. **Outros Dispêndios e Despesas Administrativas**

Em R\$

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	-129.611,74	-106.047,76
Despesas de Aluguéis	-269.327,38	-256.749,29
Despesas de Comunicações	-474.156,21	-249.012,13
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	-387.455,42	-383.713,55
Despesas de Material	-143.785,84	-92.699,93
Despesas de Processamento de Dados	-936.039,30	-817.406,76
Despesas de Promoções e Relações Públicas	-339.888,79	-309.382,35
Despesas de Propaganda e Publicidade	-92.421,20	-100.899,41
Despesas de Publicações	-8.312,25	-2.980,00
Despesas de Seguros	-151.210,35	-128.525,82
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	-981.558,56	-973.052,97
Despesas de Serviços de Terceiros	-188.931,29	-197.655,11
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	-203.116,96	-170.644,34
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	-343.941,43	-231.752,90
Despesas de Transporte	-346.122,11	-319.445,38
Despesas de Viagem ao Exterior	0,00	-10.576,87
Despesas de Viagem no País	-196.450,23	-169.080,05
Outras Despesas Administrativas	-629.567,88	-439.805,60
Despesas de Amortização	-11.420,48	-11.053,02
Despesas de Depreciação	-763.216,76	-510.491,73
TOTAL	-6.596.534,18	-5.480.974,97

28. **Outros Ingressos e Receitas Operacionais**

Em R\$

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	0,02	461,21
Dividendos	46.805,89	122.833,71
Atualização de Depósitos Judiciais	11.774,20	12.921,73
Rendas de Repasses Delcredere	185.626,98	174.521,83
Rendas Juros Cartão de Crédito	361.688,81	294.197,11
Rendas Multas por Atraso – Cartão de Crédito	55.153,80	46.292,45
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	203.288,07	150.464,68
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	119.115,40	132.072,36
Distribuição de Sobras da Central	120.954,45	104.603,19
Premiações	7.961,69	0,00
Outras Rendas Operacionais	162.510,48	65.205,09
TOTAL	1.274.879,79	1.103.573,36

29. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Em R\$

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
PIS Judicial	-42.197,60	-32.053,52
Desp. Descontos Concedidos em Renegociações	-13.675,31	-83.466,65
Descontos Concedidos – Operações de Crédito	-6.336,79	-14.369,10
Bonificação de Seguro Prestamista	-8,62	-10,33
Multa e Juros Diversos	-2,19	-1.496,49
Tarifa Recebimento Convênio - INSS	-6.309,25	-1.810,70
Tarifas Consultas / Saques Cirrus Cabal	-8,70	-1,30
Cancelamento – Tarifas Pendentes	-5.540,23	-4.435,06
Tarifa Recebimento Convênio – CRA'S Cartórios	-463,50	-409,50
Perdas – Fraudes Externas	-23.200,00	-15.330,16
Perdas – Demandas Trabalhistas	-9.000,00	0,00
Perdas – Falhas em Sistemas de TI	-2.324,00	-750,00
Perdas – Falhas de Gerenciamento	-1.745,00	-11.783,82
Contribuição ao Fundo Ressarcimento Fraudes Externas	-30.420,38	-8.685,55
Contribuição ao Fundo Ressarcimento Perdas Operacionais	-7.271,89	-1.186,91
Descontos Concedidos – Crédito – Recursos Direcionados à Vista	-3,71	-1,11
Descontos Concedidos – Crédito – Recursos Direcionados Poupança	0,00	-869,72
Descontos Concedidos – Crédito – Aplicações Recursos Livres	-1.491,62	-25.212,25
Descontos Concedidos – Crédito Pessoal	-33.816,90	-21.129,13
Descontos Concedidos – Crédito Pessoal – Consignado	-30.445,19	-33.072,62
Descontos Concedidos – Capital de Giro	-58.426,00	-71.117,00
Descontos Concedidos - Outros	0,00	-250,96
Despesa Faturamento - SIPAG	-15.976,10	-13.657,55
Outras Despesas Operacionais	-11.774,20	-12.856,01
TOTAL	-300.437,18	-353.955,44

30. Provisões

Em R\$

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Provisões para Contingências	-719,77	-961,63
Provisões para Contingências	-719,77	-961,63
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	-94.129,12	74.738,41
Provisões para Garantias Prestadas	-357.727,13	-398.049,39
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	263.598,01	472.787,80
TOTAL	-94.848,89	73.776,78

31. Outras Receitas e Despesas

Em R\$

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Lucros em Transações com Valores e Bens	103.286,36	69.100,32
Prejuízos em Transações com Valores e Bens	-1.667,86	0,00
Ganhos de Capital	7.434,21	6.318,39
Perdas de Capital	-12.012,62	-4.484,10
Resultado Líquido	97.040,09	70.934,61

32. Resultado Não Recorrente

No período findo em **30/06/2021**, o montante referente ao Resultado Não Recorrente foi de **R\$ 97.040,09**, equivalente a **1,69%** das sobras líquidas. No período findo em **30/06/2020** o montante referente ao Resultado Não Recorrente foi de **R\$ 70.934,61**, equivalente a **1,77%** das sobras líquidas.

33. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central do Brasil, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

a) Montante das operações ativas e passivas no período encerrado em 30/06/2021:

Em R\$

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação a Carteira Total	Provisão de risco
Partes Relacionadas – Vínculo de Grupo Econômico	7.111.662,01	3,11	34.266,95
Partes Relacionadas – Sem Vínculo de Grupo Econômico	806.977,92	0,35	3.741,70
TOTAL	7.918.639,93	3,46	38.008,65
Montante das Operações Passivas	2.669.379,99	1,33	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 30/06/2021:

Em R\$

Natureza das Operações de Crédito	Valor das Operações de Crédito	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	% das Operações de Crédito em Relação a Carteira Total
Cheque Especial	7.126,16	150,27	0,22
Conta Garantida	2.459,28	2.395,85	0,13
Empréstimos	11.306.010,08	360.252,29	5,74
Financiamentos	312.799,54	1.564,01	1,65
Direitos Creditórios Descontados	18.091,38	59,68	0,22
Financiamentos Rurais	4.183.088,91	15.938,96	5,00

Natureza dos Depósitos	Valor dos Depósitos	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média % a.m.
Depósitos à Vista	2.026.330,50	1,50	0,00
Depósitos a Prazo	1.693.386,35	0,72	0,29

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo (Recibo de Depósito Cooperativo - RDC), adiantamento à depositante, cheque especial, conta garantida, títulos descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, financiamentos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	TAXAS APLICADAS EM RELAÇÃO ÀS PARTES RELACIONADAS	TAXA APROVADA PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO / DIRETORIA EXECUTIVA
Adiantamento à Depositante	15% a.m.	15% a.m.
Cheque Especial	5,49% a.m.	5,49% a.m.
Conta Garantida	2,89% a.m. a 5,49% a.m.	2,89% a.m. a 5,49% a.m.
Títulos Descontados	1,47% a.m. a 2,10% a.m.	1,47% a.m. a 2,10% a.m.
Empréstimos e Financiamentos	0,50% a.m. a 2,89% a.m.	0,50% a.m. a 2,89% a.m.
Crédito Rural – RPL	8,99% a.a. a 19,56% a.a.	8,99% a.a. a 19,56% a.a.
Crédito Rural – Repasses	2,75% a.a. a 9,76% a.a.	2,75% a.a. a 9,76% a.a.
Aplicação Financeira – Recibo de Depósito Cooperativo (RDC)	92% a 98% do CDI (a.m.)	92% a 98% do CDI (a.m.)
Letra de Crédito do Agronegócio - LCA	80% a 90% do CDI (a.m.)	80% a 90% do CDI (a.m.)
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	80% a 90% do CDI (a.m.)	80% a 90% do CDI (a.m.)

d) Conforme Política de Crédito do Sistema SICOOB, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho de Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

Percentual em Relação a Carteira Geral – Movimentação no Período Findo em 30/06/2021	%
Empréstimos e Financiamentos	1,63
Direitos Creditórios Descontados	0,05
Financiamentos Rurais	1,04
Aplicações Financeiras	1,34

e) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, penhores, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	GARANTIAS PRESTADAS
Cheque Especial	Avais
Conta Garantida	Avais, garantias hipotecárias
Empréstimos e Financiamentos	Avais, alienação fiduciária, garantias hipotecárias
Financiamentos Rurais – Recursos Próprios	Avais, penhores, garantias hipotecárias
Financiamentos Rurais - Repasses	Avais, penhores, garantias hipotecárias
Direitos Creditórios Descontados	Avais, caução

f) As doações efetuadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

DOAÇÕES A PARTES RELACIONADAS NO PERÍODO FINDO EM 30/06/2021		Em R\$
Pessoa Jurídica		833.138,30

g) No 1º semestre de 2021, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, cédulas de presença, gratificações, INSS, plano de saúde, previdência privada e vale alimentação, apresentando-se da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO PERÍODO FINDO EM 30/06/2021	BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO PERÍODO FINDO EM 30/06/2020
Gratificações	66.064,16	59.245,88
Honorários / Cédulas de Presença	685.092,86	600.908,96
INSS	153.408,55	132.438,40
Plano de Saúde	2.649,25	2.539,08
Previdência Privada	11.105,90	10.320,24
Vale Alimentação	22.180,00	21.480,00

34. Cooperativa Central

A **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. - SICOOB SAROMCREDI**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CECREMGE**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL CECREMGE** é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL CECREMGE** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos.

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. - SICOOB Saromcredi

Rua 15 de Novembro, 31 - Centro - CEP: 37928-000 - São Roque de Minas - MG

E-mail: sicoobsaromcredi@cecremge.org.br / CNPJ: 66.402.207/0001-09

Telefone: (37) 3433-3000 / Site: www.sicoobsaromcredi.com.br



voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB SAROMCREDI** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL CECREMGE** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o **SICOOB CENTRAL CECREMGE**:

Descrição	Em R\$	
	30/06/2021	31/12/2020
Ativo – Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira (Nota 4)	141.908.223,90	135.345.456,24
Ativo – Investimentos (Nota 10)	6.094.656,21	4.910.423,20
Total das Operações Ativas	148.002.880,11	140.255.879,44

35. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do SICOOB é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob – CCS, abrangendo no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovadas pelo Conselho de Administração do SICOOB Confederação e Banco Sicoob S.A..

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do SICOOB.

Encontra-se disponível no sítio das Cooperativas, seção Relatórios, o Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital – Pilar 3, aplicável às Cooperativas enquadradas nos Segmentos S3 e S4.

35.1 Risco Operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

33.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;

- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

33.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do SICOOB para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo de gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

33.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao Centro Cooperativo Sicoob – CCS, a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

33.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Centro Cooperativo Sicoob – CCS realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).



Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

36. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

37. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.192, de 1º de março de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Índice de Basileia - IB	16,88%	18,12%
Patrimônio de Referência - PR	R\$ 58.709.215,04	R\$ 53.160.469,54

38. Benefícios a Empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores, na modalidade Multi Instituído. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores pagas pela cooperativa são equivalentes a no máximo 3% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o 1º semestre de 2021 totalizaram R\$ 39.412,21.



São Roque de Minas - MG, 30 de julho de 2021.



João Carlos Leite
Presidente



Diego César Fregúgia de Faria
Diretor Financeiro



Éder de Oliveira Melo
Diretor de Negócios



Honório Geraldo Pereira
Diretor Administrativo Coordenador



Glauber Tadeu da Costa
Contador – CRC MG-123423/O-1



Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do semestre findo em **30/06/2021** da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. – SICOOB Saromcredi, na forma da legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2021 o SICOOB Saromcredi completará 30 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No 1º semestre de 2021, o SICOOB Saromcredi obteve um resultado de R\$ 5.735.980,41 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 9,28%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 141.908.223,90. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 312.894.838,76.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R\$ 83.664.629,83	26,74%
Carteira Comercial	R\$ 229.230.208,93	73,26%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 30/06/2021 o percentual de 13,40% da carteira, no montante de R\$ 41.920.380,05.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 376.970.921,54, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 49,16%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 136.197.384,39	36,13%
Depósitos Sob Aviso	R\$ 115.873,06	0,03%
Depósitos a Prazo	R\$ 234.113.284,79	62,11%
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	R\$ 5.181.494,13	1,37%
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	R\$ 1.362.885,17	0,36%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 30/06/2021 o percentual de 11,45% da captação, no montante de R\$ 43.144.515,27.



5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência – PR do SICOOB Saromcredi era de R\$ 58.709.215,04. O quadro de associados era composto por 31.737 Cooperados, havendo um acréscimo de 12,35% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB Saromcredi adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda sua Unidade de Controles Internos e Riscos composta por um Analista de Controle Interno Pleno, um Analista de Controle Interno Júnior e por uma Supervisora de Controle Interno, supervisionados diretamente pelo SICOOB Central Cecremge.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Instruções Gerais (MIG) - Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo SICOOB Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.



Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito bianualmente na AGO, com mandato até a AGO de 2023, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB Saromcredi aderiram, em 2013, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No 1º semestre de 2021 foram registradas 10 (dez) demandas no Sistema de Ouvidoria do SICOOB direcionadas ao SICOOB Saromcredi, sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 10 (dez) reclamações, 07 (sete) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).



Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

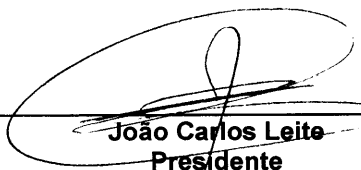
As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular BACEN nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

São Roque de Minas - MG, 30 de julho de 2021.



João Carlos Leite
Presidente



Diego César Fregúgia de Faria
Diretor Financeiro



Éder de Oliveira Melo
Diretor de Negócios



Honório Geraldo Pereira
Diretor Administrativo Coordenador



Gláuber Tadeu da Costa
Contador – CRC MG-123423/O-1